

3/1/2017

GUARRANI MBYA
TERRAS INDÍGENAS COTINGA E SAMBAQUI

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL COMPONENTE INDÍGENA UNIFICADO

AMPLIAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS
DE AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES
DE PARANAGUÁ - TCP

JERIVÁ SOCIOAMBIENTAL LTDA EPP

**PROJETO BÁSICO AMBIENTAL
COMPONENTE INDÍGENA UNIFICADO**

PLANO DE TRABALHO

**TERRA INDÍGENAS COTINGA E SAMBAQUI
GUARANI MBYA**

EMPREENDIMENTO / OBRA:

**COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE
AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES
DE PARANAGUÁ- TCP**



JERIVÁ SOCIOAMBIENTAL LTDA EPP

2017



PAULO ROBERTO HOMEM DE GÓES

Antropólogo Coordenador

Jerivá Socioambiental LTDA EPP

Guaratuba, Paraná, 03 de janeiro de 2017



Sumário

1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO	5
2. OBJETIVOS	8
3. EQUIPE TÉCNICA	7
4. AVALIAÇÃO DO PBA-CI	9
5. READEQUAÇÃO DO PBA-CI (2013) E DETALHAMENTO DO PBA-CI REFERENTE À COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO: COMPOSIÇÃO DOS PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS	13
6. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE TRABALHO	Erro! Indicador não definido.
7. CRONOGRAMA	16



1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO

O Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena – Terras Indígenas Cotinga e Sambaqui referente a Ampliação do Cais do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) foi aprovado em sua versão final no segundo semestre de 2013, sendo a sua execução iniciada no segundo semestre de 2014. Este processo (nº 08620.002417/2009-68) é referente às obras e operação do Berço 217 e estruturas de apoio, cujo processo de licenciamento, junto à Funai, foi iniciado em 2009 e sua instalação ocorreu entre 2012 e 2013.

Para acompanhamento deste processo foi constituído o Conselho Gestor do PBA-CI em novembro de 2014, cujo Regimento Interno foi aprovado em 24.04.15. O Conselho Gestor é formado por representantes das comunidades indígenas Pindoty, Terra Indígena Cotinga, e Karaguatá Poty, Terra Indígena Sambaqui, por representantes da TCP e da Coordenação Regional – Litoral Sul da Funai e, conforme definido em seu Regimento Interno, tem por finalidade “acompanhar, monitorar e avaliar a execução das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas no âmbito do Componente Indígena do PBA do empreendimento Terminal de Contêineres de Paranaguá”.

Em reunião extraordinária do Conselho Gestor, ocorrida em 24.07.15 as lideranças indígenas da TI Sambaqui solicitaram a paralização da execução do PBA-CI e foi acordado entre as partes que um novo PBA-CI seria elaborado. Embora tenham sido apontadas algumas dúvidas com relação à execução do PBA-CI, a comunidade da TI Cotinga não manifestou interesse em paralisar as ações. Em dezembro de 2015 foi realizada nova Reunião do Conselho Gestor com 11 encaminhamentos relativos à execução do PBA-CI na TI Cotinga.

No dia 07.01.2016 a TCP protocolou na CGLIC o Plano de Trabalho para reelaboração do PBA-CI, elaborado pela consultoria Jerivá Socioambiental. Em reunião ocorrida na Coordenação Geral de Licenciamento (CGLIC) - FUNAI em 21.01.16 a Funai solicitou a realização de avaliação da execução do ano 01 do PBA-CI para ambas as Terras Indígenas (Cotinga e Sambaqui). Esta avaliação foi elaborada por esta consultoria e protocolada, junto com um novo PBA-CI na CGLIC/ FUNAI em 08.08.2016.



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

Em 26.10.16, através do Ofício nº 1075/2016/DPDS/FUNAI-MJ é encaminhada a Informação Técnica nº 223/2016COMCA/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ, com orientações para readequação do PBA-CI proposto para a aldeia Karaguatá Poty – TI Sambaqui.

A Avaliação do PBA-CI Cotinga foi iniciada posteriormente, atendendo também demanda da CGLIC. Em 05.04.2016 ocorreu reunião nessa TI para apresentação de consultor que realizaria a avaliação das atividades do PBA-CI, no entanto, o processo não foi aceito pelas lideranças indígenas.

A consultoria Jerivá Socioambiental foi indicada à TCP pela comunidade da TI Cotinga e em 07.06.16 foi protocolado Plano de Trabalho (PT) referente à Avaliação da Execução do PBA-CI ano 01 na CGLIC. A reunião para apresentação da equipe consultora à comunidade da TI Cotinga ocorreu em 27.06.16.

Concomitantemente a estes processos de Avaliação e Reelaboração do PBA-CI referente ao processo de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá (Berço 217 e estruturas de apoio), ao longo do ano de 2016 foi elaborado o Estudo do Componente Indígena – ECI da Complementação das Obras de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá. A este processo, além das comunidades Pindoty – TI Cotinga e Karaguatá Poty – TI Sambaqui, foi incluída a comunidade de Guaviraty também localizada na TI Sambaqui. O Plano de Trabalho referente a este processo foi protocolado na CGLIC em 07.01.16 (mesma data em que fora protocolado o Plano de Trabalho para Avaliação e Reelaboração do PBA-CI Sambaqui, conforme mencionado acima).

As reuniões para apresentação do Plano de Trabalho e equipe consultora foram realizadas nas três comunidades indígenas entre 27 e 28.06.16. Ao longo dos meses de julho e agosto foram realizadas diversas oficinas com as comunidades para detalhamento do ECI.

No dia 31.08.16 foi realizada reunião para apresentação do ECI à CGLIC/Funai e o protocolado da versão 01. Após considerações técnicas da CGLIC, realizadas em 31.08.16 e em nova reunião realizada em 12.09.16, foi protocolada a versão 02 em 21.09.16.

Em 14.11.16 através do ofício nº 1112/2016/DPDS/FUNAI-MJ foi encaminhada a Informação Técnica nº 269/2016/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ com análise técnica do ECI que conclui pela necessidade de readequações ao documento. Em 12.12.16 foi



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

protocolada nova versão do ECI contemplando todos as considerações da referida Informação Técnica.

Nova reunião entre representantes da TCP e da CGLIC/Funai ocorreu em 29.12.16 onde foi acordada institucionalmente a orientação de se elaborar um único produto que sintetize a análise do PBA-CI (2013), a avaliação de sua execução e a assimile as medidas propostas na Matriz de Impactos do ECI (2016) referente à Complementação das Obras de ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá.

Considerando o histórico acima exposto e as orientações institucionais, o presente Plano de Trabalho tem por objetivos apresentar:

- Metodologia e cronograma para elaboração do PBA-CI (2017) referente à Complementação das Obras de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá (ECI 2016);
- Metodologia para unificar os processos de avaliação do PBA-CI (2013) referente à Ampliação do TCP (EIEA 2010) nas TI's Sambaqui e Cotinga e as propostas de readequação do PBA-CI;

O presente Plano de Trabalho visa, desta forma, unificar os processos de licenciamento da TCP junto à FUNAI e comunidades indígenas das TI's Cotinga e Sambaqui, propondo a elaboração do PBA-CI referente à Complementação das Obras de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá a partir da Avaliação da Execução do PBA-CI da Ampliação do TCP, das propostas de readequação destes projetos e da Matriz de Impactos do ECI 2016.

Conforme exposto acima, ao longo do ano de 2016, a presente consultoria, realizou frequentemente reuniões e oficinas com as comunidades da área de influência, seja no contexto da avaliação e reelaboração do PBA-CI, seja no contexto de detalhamento do ECI. Deste modo, o presente PT considera (1) viável em termos metodológicos e (2) necessário em termos da participação indígena e institucional, a unificação destes processos de licenciamento que colocam em interface as mesmas comunidades indígenas e o mesmo empreendedor.



2. OBJETIVOS

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo apresentar a metodologia para:

1. Avaliação da execução do Ano 01 do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena referente à Ampliação do Terminal de contêineres de Paranaguá, Terras Indígenas Cotinga e Sambaqui.
2. Readequação dos programas do PBA-CI (2013) a partir das conclusões da Avaliação.
3. Elaboração do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena referente à Complementação das Obras de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá.

Com relação aos itens 1 e 2 vem sendo realizadas reuniões e oficinas nas comunidades Pindoty (TI Cotinga) e Karaguatá Poty (TI Sambaqui) ao longo de 2016, conforme previsto nos Planos de Trabalho previamente aprovados pela CGLIC. Com relação ao item 3, conforme a Matriz de Impactos do ECI (2016) algumas medidas propostas estão relacionadas à execução de projetos e programas em execução, devendo ser readequadas conforme o dimensionamento dos impactos da Complementação das Obras de Ampliação e das conclusões da Avaliação da Execução do Ano 01, outras são medidas a serem elaboradas e detalhadas junto às comunidades. Para tanto, serão realizadas novas oficinas nas comunidades, incluindo a aldeia de Guaviraty, com objetivo de elaborar dialogicamente o PBA-CI que unifique as diretrizes da Matriz de Impactos do ECI (2016) com as ações em execução desde 2014 (PBA 2013).



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

3. EQUIPE TÉCNICA

NOME	FORMAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO	ÁREA
PAULO ROBERTO HOMEM DE GÓES	BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS. UFPR. 2005. MESTRE ANTROPOLOGIA SOCIAL (ETNOLOGIA INDÍGENA). UFPR. 2009. DOUTORANDO ANTROPOLOGIA SOCIAL MEIO ANTRÓPICO. UFPR 2014-2018.	RG 35.142.471-4 CPF 307.072.128-12 CTF IBAMA: 4.736.929 SOCIOLOGO: DRT/PR – 0371 SÓCIO DA ABA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	COORDENAÇÃO
PEDRO HENRIQUE RIBAS FORTES	LICENCIADO EM HISTÓRIA. UTP 2009. MESTRE EM ETNOLOGIA INDÍGENA 2012. DOUTORANDO ANTROPOLOGIA SOCIAL (ETNOLOGIA INDÍGENA) UFPR 2015-2019	RG: 9556.2345 CPF 050.836.559-77 CTF- IBAMA: 6.175.557	MEIO ANTRÓPICO
ALUÍZIO ALFREDO CARSTEN	LICENCIADO EM HISTÓRIA. UEM.2009. MESTRE EM HISTÓRIA (FRONTEIRAS, POPULAÇÕES E BENS CULTURAIS). UEM.2012.	RG 6.007.777-0 CPF 055.128.309-29	MEIO ANTRÓPICO
ALESSANDRA HELENA SCHNEIDER	BACHAREL EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (UFPR/1998). MESTRE EM TURISMO (ULPG-UNB/2000). ESPECIALISTA EM ECOLOGIA E TURISMO (UNINTER/2001). DOUTORANDA EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (UFPR 2016-2020)	RG: 4888407-5 CPF 962684179-68	MEIO ANTRÓPICO
RODRIGO SOUZA FONTES DE SALLES GRAÇA	BACHAREL E LICENCIADO EM HISTÓRIA. UFPR. 2009. MESTRE EM FILOSOFIA. UFPR 2013	RG 12.313.605-5 CPF 018.574.701-92	MEIO ANTRÓPICO
CEUSNEI SIMÃO	ENGENHEIRO FLORESTAL. UFPR. 2002. MESTRE EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. UFPR. 2008	CREA PR-67.783/D RG 5.789.369-9 CPF 873.138.049-20 CTF/IBAMA: 481.408.	MEIO BIÓTICO
RODRIGO FERNANDO MORO RIOS	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS UFPR, 2007, MESTRE EM ZOOLOGIA, UFPR, 2009, DOUTOR EM ZOOLOGIA, UFPR, 2013.	RG 7.055.938-2 CPF 056.186.559-00 CTF 1914235 CRBio 88734-03-D	MEIO BIÓTICO
BRUNO KAZUO NAKAGAWA	BACHAREL EM BIOLOGIA. PUCPR. 2011. MESTRE EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO. UFPR. 2016 CURSANDO PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL. UNINTER. 2016-2018.	RG: 5.819.959-1 CPF: 051.155.819-81 CTF: 5728987 CREDENCIADO AO CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA CRBIO:108047/07-D	MEIO BIÓTICO

TERRAS INDÍGENAS COTINGA E SAMBAQUI – TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUÁ



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

--	--	--	--

* Os currículos de cada consultor se encontram em anexo.



4. AVALIAÇÃO DO PBA-CI

4.1. JUSTIFICATIVA

O PBA-CI é composto por oito programas e dezesseis subprogramas que têm como objetivos gerais a sustentabilidade, a valorização cultural e o diálogo permanente entre as partes. Embora sigam as orientações institucionais a eficácia destes programas tem sido questionada no que se refere a sua adequação ao contexto indígena.

Tais questionamentos não apenas justificaram a realização de uma análise independente, mas também justificam a definição de um segundo objetivo, a saber: analisar o andamento dos programas a partir das orientações do Banco Mundial para o financiamento de grandes projetos.

As orientações do Banco Mundial estão consolidadas nos princípios do Equador que definem padrões de desempenho para que os empreendimentos garantam sustentabilidade ambiental e social. Especificamente, o padrão PD07 orienta o desempenho de projetos que produzem impactos adversos sobre os grupos indígenas.

A orientação mais geral do PD07 estabelece que, ao longo do ciclo de vida, os projetos adotem medidas de compensação e mitigação que:

- i. Envolvam grupos e segmentos representativos dos povos indígenas;
- ii. Estabeleçam e mantenham um relacionamento baseado no fortalecimento de mecanismos de consulta e participação dos povos indígenas;
- iii. Garantam tempo suficiente para os processos de tomadas de decisão dos grupos indígenas;
- iv. Contribuam para a formulação de um plano de desenvolvimento dos povos indígenas.

As orientações para a análise de conformidade ao PD07 foram tomadas como parâmetros para a metodologia desta avaliação.



4.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A metodologia para esta avaliação do PBA-CI está baseada em três conjuntos de análise:

- i. Análise do processo: identificação dos questionamentos da FUNAI, do MPF, do empreendedor e dos próprios indígenas, nas atas, memórias e demais registros;
- ii. Análise dos resultados: caracterização do status dos projetos executados e em andamento;
- iii. Análise da percepção: registro das manifestações dos indígenas sobre a execução das ações do PBA-CI e, quando aplicável, registro das sugestões de medidas corretivas.

Para assegurar os objetivos do conjunto III, análise de percepção propusemos a realização de oficinas na TI Cotinga e TI Sambaqui. Através desta dinâmica pedagógica foi levantado junto aos indígenas percepção sobre o PBA-CI e sua execução realizada até o momento e sobre a percepção dos impactos socioambientais do empreendimento. Esta etapa promoveu discussões sobre o PBA-CI (2013) e sobre sua execução, destacando os seus aspectos negativos e positivos.

Foram realizados processos de tradução/explicações entre a língua portuguesa e o guarani, em torno de categorias e caracterizações do processo licenciamento, tais como “impacto”, “mitigação” e/ou “compensação”, “desenvolvimento”, bem como sobre o modo de ser e/ou concepções de “viver bem” e conceitos-chave dos Guarani Mbya da TI’s Cotinga e Sambaqui.

As memórias das reuniões realizadas ao longo deste processo serão anexadas ao documento final. A partir das análises dos documentos disponibilizados e das oficinas realizadas com as comunidades a Avaliação diagnosticou, por programa, a necessidade de continuidade, readequação ou paralização das ações, de modo a subsidiar o detalhamento do PBA-CI Unificado (2017).



4.3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para cada conjunto de análise foram utilizados os seguintes critérios de avaliação:

- i. Suficiência da Linha base (adequação/abrangência do público atendido);
- ii. Medidas de Engajamento com Povos Indígenas (Periodicidade e alcance dos processos de consulta e participação; Efetividade dos mecanismos de reclamação);
- iii. Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (Nível de compreensão dos programas e subprogramas do PBA-CI; Adequação das atividades segundo a percepção indígena; Evidências da apropriação das compensações por parte dos indígenas);
- iv. Qualificação e inserção da Equipe Executora (deve-se notar ainda a compatibilidade com o previsto no PBA-CI);
- v. Adequação às metas e objetivos previstos no PBA-CI;

4.4. DOCUMENTOS ANALISADOS

- i. Programa Básico Ambiental do Componente Indígena/TCP - 2013
- ii. Plano Operativo do PBA-CI/TCP 2013 -2014
- iii. Relatório Técnico de Execução do Ano 01 do PBA-CI/TCP – Out 2014- Out 2015
- iv. Relatório Técnico de Execução do Ano 01 do PBA-CI/TCP – janeiro de 2016
- v. Termo de Compromisso TCP/FUNAI/Comunidades indígenas
- vi. Regimento Interno do Conselho Gestor
- vii. Atas e memórias de reuniões
- viii. Informações Técnicas encaminhadas pela CGLIC/ Funai
- ix. Trabalho de campo realizado entre os meses de abril – novembro de 2016



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

- x. Entrevista com indígenas na TI Cotinga e TI Sambaqui (lideranças, colaboradores do PBA-CI, professores e profissionais indígenas);
- xi. Entrevista com representantes da equipe técnica da TerraMar Consultoria responsável pela execução do PBA-CI.
- xii. Com objetivo de subsidiar as análises, foram encaminhados questionários à representantes do Conselho Gestor, a saber: TCP (21.11.16), CR-Litoral Sul/ Funai (06.06.16; 21.11.16 e 21.12.16) e TerraMar Consultoria (08.11.16). Até o momento de finalização deste PT, não obstante a manifestação das partes no sentido de colaborar com a Avaliação, nenhum questionário foi encaminhado à esta equipe.



5. READEQUAÇÃO DO PBA-CI (2013) E DETALHAMENTO DO PBA-CI REFERENTE À COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO: COMPOSIÇÃO DOS PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

5.1. JUSTIFICATIVA

A partir da avaliação diagnosticamos a percepção das comunidades indígenas com relação ao processo e iniciamos um diálogo no sentido de adequar os conteúdos dos projetos previstos e a dinâmica de sua execução.

O Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena deve a um só tempo atender à equação impacto/medida e se demonstrar exequível nos termos da comunidade impactada, estando, portanto, devidamente dimensionado e adequado à temporalidade, formas de organização e expectativas dos indígenas. Conforme será apresentado no documento final deste processo, em alguns programas estes requisitos não foram adequadamente atendidos.

Para atender estes objetivos propusemos a realização de oficinas para reelaboração e detalhamento dos programas que compõe o PBA-CI. Tais oficinas viabilizam um ambiente dialógico de aprendizado mútuo entre consultores e indígenas, o qual permite o dimensionamento quantitativo e qualitativo das ações, possibilitam a criação de vínculos diretos entre as comunidades e o processo em construção e traçar horizontes conceituais comuns, cujo objetivo central é tornar as ações previstas executáveis e adequadas à luz das diretrizes institucionais e dos modos das comunidades envolvidas.

As oficinas, desta forma, são mecanismos fundamentais para a condução participativa dos trabalhos do PBA, contribuindo para a discussão, planejamento e tomada de decisão nas diferentes etapas de desenvolvimento dos programas. Também possibilitam debates direcionados sobre os mais diversos temas, como relações interinstitucionais ou história local. No processo das oficinas se busca estimular a visualização prática dos projetos propostos, de modo a avaliarmos, consultores e indígenas, o interesse real de tal ou qual ação proposta, suas consequências práticas e relação com o processo em pauta, ou seja, em que medida tal proposta possui correspondência a determinado impacto identificado.



5.2. ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO

Nesta etapa inicial a equipe técnica realizou a análise da documentação referente ao processo de licenciamento da TCP relacionada ao Componente Indígena, relativo ao processo de ampliação do cais e à complementação das obras de ampliação (EIA (2008), EIEA (2010), PBA (2011), PBA-CI (2013), ECI (2016)).

Com base na documentação disponível e na Matriz de Impactos do ECI (2016) será elaborada uma versão preliminar no PBA-CI unificado a ser disponibilizada à CGLIC/FUNAI antes do início do detalhamento dos projetos junto às comunidades.

5.3 ABORDAGEM *IN LOCO* DOS IMPACTOS, MITIGAÇÕES E/OU COMPENSAÇÕES INDICADAS PRELIMINARMENTE

Foram realizadas reuniões, visitas, levantamentos e oficinas com as comunidades indígenas das TI's Cotinga e Sambaqui entre os meses de abril e dezembro de 2016.

Serão realizadas oficinas para detalhamento das medidas propostas no ECI em janeiro de 2017. Nesta etapa será consolidado e detalhado em diálogo com os indígenas os programas e subprogramas que irão compor o PBA-CI unificado. Nas oficinas também será realizado maior detalhamento possível do PBA-CI, incluindo caracterização das ações, objetivos, metas e cronograma. A partir dessas oficinas e de eventuais considerações da CGLIC/FUNAI, a equipe técnica redigirá a versão final do PBA-CI.

Esta etapa será subdividida em 3 oficinas (a serem realizadas separadamente em cada comunidades da área de influência), sendo elas:

1. Oficina de Discussão da Matriz de Impactos – o objetivo será apresentar a Matriz de Impactos do ECI (2016) para subsidiar a discussão sobre o detalhamento das medidas propostas e considerando as conclusões da avaliação da execução do PBA (2013).
2. Oficina para Qualificação das ações mitigadoras e elaboração de propostas para os Programas – terá por objetivo consolidar junto com a



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

comunidade as linhas conceituais do Projeto Básico, assim como definir e dimensionar cada Programa que será proposto.

3. Oficina para Discussão dos Programas – servirá para que seja realizada uma discussão sobre os Programas com a comunidade após a redação do PBA e antes do envio para Funai e TCP. O objetivo é elaborar um PBA que realmente esteja coerente com a dinâmica das comunidades das TI's Cotinga e Sambaqui, atendendo suas expectativas, mitigando, controlando e/ou compensando os impactos do empreendimento.

5.4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Uma vez cumpridas todas as etapas necessárias à construção dialógica dos projetos, estabelecimento dos parâmetros de monitoramento e avaliação, e composição dos cronogramas de execução, será realizada uma reunião de apresentação do produto às comunidades, representantes da FUNAI e do TCP, com vistas ao aceite consensual do detalhamento e posterior protocolo da versão final junto à FUNAI. O Produto Final deste processo será composto por 2 partes: Avaliação da Execução do PBA-CI (2013) e Projeto Básico Ambiental-Componente Indígena (2017). A primeira parte deverá subsidiar o detalhamento dos projetos.



6. CRONOGRAMA

O Cronograma de atividades vem sendo desenvolvido desde março de 2016, para esta etapa de detalhamento do PBA-CI (2017) será propõe o período de 1 mês e são previstas 6 etapas:

1. Elaboração de Plano de Trabalho;
2. Protocolo versão 01 do PBA-CI – prévia às reuniões com as comunidades;
3. Oficina para apresentação da Matriz de Impactos do ECI e Medidas Propostas
4. Oficina para detalhamento do PBA-CI (2017) e qualificação das ações mitigatórias
5. Redação do PBA-CI;
6. Protocolo versão Final Avaliação/ PBA –CI (2017);

TERRAS INDÍGENAS COTINGA E SAMBAQUI – TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUÁ



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

QUADRO 1 - CRONOGRAMA ELABORAÇÃO DO PBA-CI (2017)

Nº	ATIVIDADES JÁ REALIZADAS	2016												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
TI Sambaqui														
1	Elaboração de Plano de Trabalho – Avaliação Sambaqui	X												
2	Aprovação do Plano de Trabalho pela FUNAI/ Reunião de aprovação da equipe; Sambaqui				X									
3	Análise de documentação para avaliação da execução do PBA	X	X	X	X									
4	Oficinas Avaliação/ Reelaboração PBA-CI Sambaqui				X	X	X	X						
6	Protocolo da Avaliação/ Reelaboração PBA-CI Sambaqui								X					
7	Revisão a partir da IN nº 223/2016COMCA/CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ											X	X	X
TI Cotinga														
8	Elaboração de Plano de Trabalho – Avaliação Cotinga				X									
9	Aprovação do Plano de Trabalho pela FUNAI/ Reunião de aprovação da equipe - Cotinga				X									
10	Análise de documentação para avaliação da execução do PBA				X	X	X	X	X	X				
11	Oficinas Avaliação/ Reelaboração PBA-CI Sambaqui				X				X	X	X	X		

TERRAS INDÍGENAS COTINGA E SAMBAQUI – TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUÁ



PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

Elaboração do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena Complementação das Obras de Ampliação do Terminal de Contêineres de Paranaguá Terras Indígenas Cotinga e Sambaqui									
2017		SEMANAS							
		1	2	3	4	5	6	7	8
12	Protocolo do Plano de Trabalho	X							
13	Protocolo versão 01 do PBA-CI – prévia às reuniões com as comunidades			X					
14	Oficina para apresentação da Matriz de Impactos do ECI e Medidas Propostas			X					
15	Oficina para detalhamento do PBA-CI (2017) e qualificação das ações mitigatórias			X					
16	Redação da Versão Final PBA-CI	X	X	X					
17	Protocolo versão Final Avaliação/ PBA –CI (2017)				X				